



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

CÂMPUS DE BOTUCATU  
FACULDADE DE MEDICINA

CONCURSO PÚBLICO

## **001. PROVA OBJETIVA**

PEDAGOGO



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 04:



(Alexandre Beck. Armandinho quatro. Florianópolis: A. C. Beck, 2015)

01. O humor da tirinha decorre do fato de que Armandinho
- (A) deseja que o pai trabalhe menos a fim de dar mais atenção à própria família.
  - (B) conclui a respeito da profissão do pai dele a partir de conteúdo que leu no jornal.
  - (C) não compreende que a garota perguntou sobre uma ação específica do pai dele.
  - (D) deduz a profissão do pai dele por meio de sua experiência no âmbito privado.
  - (E) se sente feliz com a profissão do pai dele ainda que se trate de ofício perigoso.
02. No trecho “Fica fazendo as coisas que a mamãe **delega** pra ele...”, o vocábulo destacado pode ser substituído, sem prejuízo do sentido, por:
- (A) desobstrui.
  - (B) confia.
  - (C) desvia.
  - (D) condiciona.
  - (E) antecipa.
03. Com relação ao excerto “Fica fazendo as coisas que a mamãe **delega pra ele...**”, uma reformulação do trecho destacado que apresenta adequação à norma-padrão de regência verbal é:
- (A) ... delega ante ele...
  - (B) ... delega sobre ele...
  - (C) ... delega por ele...
  - (D) ... delega perante ele...
  - (E) ... delega a ele...
04. No trecho “Na maior parte do tempo, meu pai é delegado!”, o vocábulo “maior” pertence à mesma classe de palavras que o destacado em:
- (A) Os pais fazem de tudo para que as mães não os cobrem **tanto**.
  - (B) A curiosidade de uma criança em relação à outra é algo **normal**.
  - (C) As crianças observam atentas aos **acontecimentos** em casa.
  - (D) Há famílias em que o pai ou a mãe exercem **uma** profissão de risco.
  - (E) Não é comum, **mas** pode ocorrer de uma criança ler o jornal.

Leia o texto a seguir para responder às questões de **05 a 12**:

### Os muitos obstáculos da proteção à mulher

A advertência feita por Maria da Penha, em recente entrevista ao Estadão, é tão simples quanto incômoda: o Brasil aprendeu a produzir discursos corretos sobre o combate à violência contra a mulher, mas ainda não construiu um compromisso efetivo com as ações necessárias para enfrentá-la. “Discurso bonito se tem, mas discurso comprometido não tem”, resumiu ela. Nesse diagnóstico incluem-se, claro, tanto os governos em todos os níveis quanto o Congresso Nacional e todos os agentes do Estado envolvidos na segurança pública.

Maria da Penha Maia Fernandes fala com a autoridade de quem transformou uma tragédia pessoal em avanço institucional. Sobrevivente de uma tentativa de feminicídio que a deixou paraplégica, foi sua denúncia internacional que levou o Brasil a reconhecer sua omissão histórica e a criar a Lei Maria da Penha, em 2006. Ao afirmar que há discurso bonito, mas não compromisso efetivo, aponta um padrão persistente de negligência estatal, e não falhas episódicas.

Essa dissonância entre retórica e prática se reflete nos números persistentes de feminicídio, na lentidão da Justiça e no atendimento frequentemente inadequado às vítimas – um conjunto de falhas que expõe a insuficiência do Estado diante de um problema estrutural que é a violência do homem sobre a mulher. Isso ajuda a explicar por que o feminicídio ainda é tratado como exceção pelo Estado, quando é, na verdade, o desfecho previsível de uma sequência conhecida de omissões. Segundo o Código Penal, feminicídio é o assassinato de mulher cometido “por razões da condição de sexo feminino”. Em outras palavras, é feminicídio quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou discriminação de alguém pela condição de mulher da vítima. Essa relação entre gênero e motivação torna a tipificação do crime um desafio investigativo recorrente, mas o histórico demonstra que, em geral, esse tipo de crime é precedido por uma escalada de agressões físicas, psicológicas e simbólicas, no contexto de relações de poder desiguais.

A Justiça é lenta e, quando chega, frequentemente chega tarde demais. Dados do Conselho Nacional de Justiça mostram que processos de violência doméstica levam, em média, mais de um ano para julgamento, período em que a mulher permanece exposta, vulnerável e desprotegida. Há, porém, um terceiro elemento ainda mais estrutural: o cuidado qualificado no primeiro contato da vítima com o Estado, sobretudo pelas forças policiais. Falta preparo institucional para acolher, orientar e proteger mulheres em situação de violência – e é preciso ser claro: a responsabilidade não recai sobre os policiais individualmente, mas sobre a ausência de programas permanentes de formação e capacitação.

O machismo e a violência contra a mulher são males antigos; o reconhecimento de sua gravidade como problema público é recente. É compreensível, portanto, que o tema ainda ocupe espaço marginal nas academias de polícia e nos currículos de formação. O que não é aceitável é a permanência dessa marginalidade diante do acúmulo de dados, evidências e diagnósticos.

Estudos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Sou da Paz convergem ao apontar que a violência institucional e a revitimização afastam mulheres do sistema de proteção, minando a confiança nas instituições. Não se trata de acusar a ponta do sistema, mas de reconhecer que o Estado falhou em criar as condições para uma atuação qualificada e sensível à complexidade da violência de gênero.

Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Brasil registrou ao menos 1.350 feminicídios entre janeiro e novembro de 2025. Convém cautela na leitura desses dados: parte da variação reflete melhora na notificação e na tipificação de crimes historicamente invisíveis. Maior registro não significa, automaticamente, maior incidência, mas também não pode servir de alibi para a inação.

O discurso bonito não salva vidas. O enfrentamento do feminicídio exige prioridade política real, qualificação institucional das forças de segurança, resposta judicial tempestiva e a construção deliberada de uma nova cultura no Estado e na sociedade. Enquanto o compromisso permanecer restrito à retórica, o País seguirá reagindo às tragédias quando elas já se consumaram – quase sempre tarde demais.

(Editorial. O Estado de São Paulo. Disponível em:

[https://www.estadao.com.br/opiniaos/os-muitos-obstaculos-da-protecao-a-mulher/?srsltid=AfmBOooFk4-smbNVNbsJruBDrqvu12ov\\_4wtlCgA6ePcn4jz4nZuqZdl](https://www.estadao.com.br/opiniaos/os-muitos-obstaculos-da-protecao-a-mulher/?srsltid=AfmBOooFk4-smbNVNbsJruBDrqvu12ov_4wtlCgA6ePcn4jz4nZuqZdl) . 16 de janeiro de 2026. Acesso em: 25 jan. 2026)

**05.** Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação defendida pelo texto.

- (A) Há desafios históricos para cumprir de forma efetiva as leis de proteção contra as violências às quais mulheres são submetidas.
- (B) Os esforços para proteger as mulheres de diversas violências às quais são submetidas apresentam obstáculos no discurso oficial.
- (C) A proteção das mulheres contra as mais variadas violências às quais são submetidas encontra barreiras devido à ausência de notificações.
- (D) Os mecanismos de denúncia de mulheres sobre as violências às quais são submetidas carecem de respaldo nas leis.
- (E) Há estatísticas sobre as diversas formas de violências contra as mulheres que indicam uma queda no número de tipificações.

**06.** Apresentadas no texto, falhas que expõem a distância entre a retórica oficial e a proteção efetiva às mulheres são:

- (A) obstáculos para denúncias e celeridade da justiça.
- (B) proteção precarizada das vítimas e educação institucional tardia.
- (C) morosidade da justiça e inconstância na formação policial.
- (D) descaso legislativo e ausência de delegacias especializadas.
- (E) erros institucionais ocasionais e despreparo das polícias.

07. De acordo com o texto, qual das alternativas sintetiza a relação entre a experiência pessoal de Maria da Penha e o problema estrutural do feminicídio?

- (A) A denúncia internacional de Maria da Penha criou a Lei que leva seu nome, resolvendo a omissão histórica do Brasil em relação à violência de gênero.
- (B) A tragédia individual de Maria da Penha exemplifica a escalada de agressões que precedem o feminicídio, mas não altera as dinâmicas de omissões estatais persistentes.
- (C) Como sobrevivente paraplégica, Maria da Penha comprova que a lentidão judicial é o principal fator de revitimização das mulheres agredidas.
- (D) A autoridade de Maria da Penha deriva da transformação de uma falha episódica em avanço institucional, eliminando a dissonância entre retórica e prática.
- (E) O caso de Maria da Penha reforça que o machismo estrutural nos currículos policiais impede o cuidado qualificado no primeiro contato com vítimas.

08. Releia o seguinte trecho: “Há, **porém**, um terceiro elemento ainda mais estrutural: o cuidado qualificado no primeiro contato da vítima com o Estado, **sobretudo** pelas forças policiais”.

As palavras destacadas, sem que haja alteração de sentido, podem ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) no entanto e necessariamente.
- (B) embora e especialmente.
- (C) entretanto e incondicionalmente.
- (D) todavia e mormente.
- (E) conquanto e primordialmente.

09. No trecho “Essa **dissonância** entre retórica e prática se reflete nos números persistentes de feminicídio...” (3º parágrafo), o vocábulo destacado tem como antônimo, no contexto em que foi empregado:

- (A) incoerência.
- (B) desarmonia.
- (C) concordância.
- (D) desproporção.
- (E) determinação.

10. No trecho

**Segundo** o Código Penal, feminicídio é o assassinato de mulher cometido “por razões da condição de sexo feminino”. Em outras palavras, é feminicídio quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou discriminação de alguém **pela** condição de mulher da vítima. (4º parágrafo).

Os vocábulos destacados estabelecem, respectivamente, relação de sentido de

- (A) ordem e agente.
- (B) proporção e razão.
- (C) lugar e tempo.
- (D) concessão e condição.
- (E) conformidade e causa.

11. Assinale a alternativa que apresenta trecho com uso de palavra com sentido figurado.

- (A) “...a violência institucional e a revitimização afastam mulheres do sistema de proteção, minando a confiança nas instituições.”
- (B) “Sobrevivente de uma tentativa de feminicídio que a deixou paraplégica, foi sua denúncia internacional que levou o Brasil a reconhecer sua omissão histórica...”
- (C) “Isso ajuda a explicar por que o feminicídio ainda é tratado como exceção pelo Estado...”
- (D) “... processos de violência doméstica levam, em média, mais de um ano para julgamento, período em que a mulher permanece exposta, vulnerável e desprotegida.”
- (E) “O enfrentamento do feminicídio exige prioridade política real, qualificação institucional das forças de segurança...”

12. A exclusão da(s) vírgula(s) no trecho preserva a norma-padrão de emprego da vírgula em:

- (A) “Falta preparo institucional para acolher, orientar e proteger mulheres em situação de violência...”
- (B) “Enquanto o compromisso permanecer restrito à retórica, o País seguirá reagindo às tragédias...”
- (C) “Não se trata de acusar a ponta do sistema, mas de reconhecer que o Estado falhou em criar as condições para uma atuação qualificada e sensível...”
- (D) “Maior registro não significa, automaticamente, maior incidência...”
- (E) “O enfrentamento do feminicídio exige prioridade política real, qualificação institucional das forças de segurança, resposta judicial tempestiva e a construção deliberada de uma nova cultura...”

13. A colocação pronominal está em conformidade com a norma-padrão em:

- (A) Dados das delegacias nunca indicaram-lhes a violência institucional como problema.
- (B) As denúncias internacionais os levaram a criar a Lei do Feminicídio.
- (C) O Estado falhou em criar condições que ajudem-nos na proteção efetiva às mulheres.
- (D) Se trata não de acusá-los como cúmplices, mas de reconhecer falhas estruturais.
- (E) A lentidão da justiça com mulheres agredidas não permite-lhes receber o tratamento que merecem.

14. Considere as seguintes frases:

\_\_\_\_\_ consequência da violência sofrida por Maria da Penha, o Brasil atribuiu a criação de legislação específica.

As instituições produziram discursos adequados \_\_\_\_\_ luta contra a violência de gênero.

O feminicídio exige prioridade política real \_\_\_\_\_ todas proteções possíveis das vítimas.

A Lei Maria da Penha trouxe avanços imprescindíveis \_\_\_\_\_ esta nação.

Atendendo à norma-padrão de emprego do sinal indicativo de crase, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) A ... à ... à ... à
- (B) À ... à ... à ... a
- (C) À ... a ... a ... à
- (D) A ... a ... à ... à
- (E) À ... à ... a ... a

15. A frase que está em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal é:

- (A) A denúncia de Maria da Penha e a sua luta pessoal foi o que levou o Brasil a criar a Lei Maria da Penha.
- (B) Há mais de dez anos que a legislação contra feminicídio exigem maior preparo das forças policiais.
- (C) Nem o governo nem as academias de polícia cede espaço adequado ao tema da violência de gênero.
- (D) É o discurso bonito, mas não o compromisso efetivo, que falha na proteção às mulheres.
- (E) A Justiça lenta e o despreparo policial expõe a distância entre retórica e prática.

16. Em 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) apresentou um relatório informando que para cada pessoa adulta afetada pela infertilidade, no mundo, existe um grupo com 5 pessoas adultas que não são afetadas pela infertilidade.

Com base nessa informação, supondo-se uma população adulta de 3 milhões de pessoas, a diferença entre o número de pessoas adultas não afetadas pela infertilidade e o número de pessoas adultas afetadas pela infertilidade seria igual a

- (A) 2,5 milhões.
- (B) 2,3 milhões.
- (C) 2,1 milhões.
- (D) 2,0 milhões.
- (E) 1,9 milhão.

17. Pretende-se distribuir todos os 72 alunos do 7º ano e todos os 80 alunos do 8º ano na maior quantidade de grupos possível, de modo a não existir grupo contendo alunos de ambos os anos e a quantidade de grupos contendo alunos do 7º ano ser igual à quantidade de grupos contendo alunos do 8º ano.

Para tanto, a quantidade de pessoas de cada grupo contendo alunos do 8º ano deverá exceder a quantidade de pessoas de cada grupo contendo alunos do 7º ano em

- (A) 1 unidade.
- (B) 2 unidades.
- (C) 3 unidades.
- (D) 4 unidades.
- (E) 5 unidades.

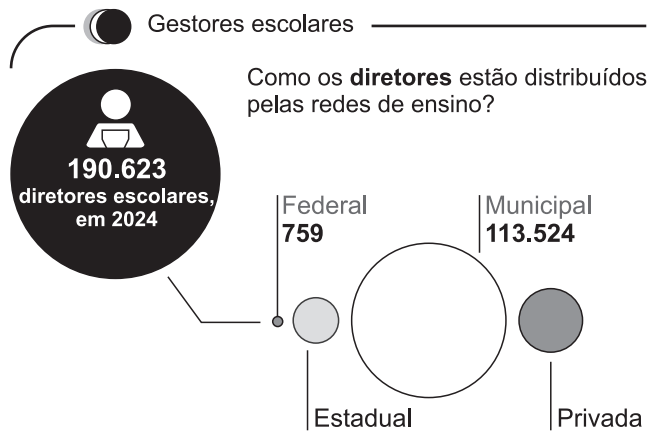
18. A média aritmética simples do número de alunos distribuídos em 12 salas de aula de uma escola, no início do ano letivo passado, era de 28 alunos. No decorrer do ano letivo, houve a saída de 6 alunos e a entrada de mais 42 alunos.

Isso fez com que a média aritmética simples do número de alunos nas salas de aula da escola, no final do ano letivo, comparado ao início do ano letivo, aumentasse em

- (A) 5 alunos.
- (B) 4 alunos.
- (C) 3 alunos.
- (D) 2 alunos.
- (E) 1 aluno.

19. No Anuário Brasileiro da Educação Básica – 2025 são apresentadas várias informações, sendo algumas delas, as associadas aos gestores escolares, que constam de um gráfico apresentado no referido documento.

Na representação gráfica a seguir, que foi adaptada do gráfico que conta no Anuário, foram, propositalmente, excluídos os números de diretores escolares atuando nas redes estadual e privada:



(Anuário Brasileiro da Educação Básica – 2025. Adaptado)

Sabendo-se que não há diretor escolar atuando em mais de uma rede, e o número de diretores escolares atuando na rede privada excede em 13.386 pessoas o número de diretores escolares atuando na rede estadual, é correto afirmar que o número de diretores escolares atuando na rede estadual, em 2024, de acordo com o referido documento, era igual a

- (A) 44.863.  
 (B) 41.517.  
 (C) 38.170.  
 (D) 34.823.  
 (E) 31.477.
20. Considere a seguinte informação sobre o valor da exportação de carne bovina, no Tocantins, no ano de 2025, publicada em um jornal eletrônico em 30.01.2026:

A carne bovina foi o segundo produto mais exportado pelo Tocantins, com US\$ 643,1 milhões e crescimento de [45% sobre o valor exportado em 2024].

(<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/com-alta-de-15-exportacoes-de-soja-no-tocantins-somam-us16-bilhao-em-2025-579912/>. Adaptado)

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que apresenta o intervalo monetário do valor exportado em carne bovina, pelo Tocantins, em 2024.

- (A) US\$ 350 milhões e US\$ 370 milhões.  
 (B) US\$ 370 milhões e US\$ 390 milhões.  
 (C) US\$ 390 milhões e US\$ 410 milhões.  
 (D) US\$ 410 milhões e US\$ 430 milhões.  
 (E) US\$ 430 milhões e US\$ 450 milhões.

21. O auditório de uma instituição educacional tem, ao todo, 238 poltronas, disponibilizadas em fileiras, de modo que o número de poltronas em cada fileira excede em 3 unidades o número de fileiras.

Se cada fileira tivesse uma poltrona a mais, o número total de assentos seria igual a

- (A) 246.
- (B) 248.
- (C) 250.
- (D) 252.
- (E) 254.

22. Se houvesse a possibilidade de se fazer uma aplicação financeira, a juros simples com taxa de 1,2% ao mês, a quantidade de meses que essa aplicação deveria ocorrer para que o montante correspondesse a 2,5 vezes o capital aplicado seria de

- (A) 120.
- (B) 125.
- (C) 165.
- (D) 204.
- (E) 209.

23. Sobre quatro pessoas em tratamento médico, sabe-se que Ana toma um remédio a cada 4 horas, Carlos toma um remédio a cada 5 horas, Rute toma um remédio a cada 7 horas e Eduardo toma um remédio a cada 8 horas.

Sabendo que às 10 horas do dia 05.01.2026 essas pessoas tomaram seus respectivos remédios e obedeceram rigorosamente aos horários, é correto afirmar que a vez imediatamente posterior em que as quatro pessoas tomaram seus remédios, no mesmo dia e horário, foi em

- (A) 16.01.2026, às 2 horas.
- (B) 16.01.2026, às 17 horas.
- (C) 17.01.2026, às 2 horas.
- (D) 17.01.2026, às 17 horas.
- (E) 18.01.2026, às 2 horas.

24. A tabela apresenta informações sobre a primeira safra de milho no Brasil, na Safra 2024/25, de acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab):

Milho – Primeira safra da Safra 2024/25	
Área de Produção (em mil hectare)	Produtividade (kg/hectare)
3.772,6	6.610

(Conab)

Com base nas informações apresentadas na tabela, pode-se corretamente afirmar que a produção de milho da primeira safra, na Safra 2024/25, na unidade de mil toneladas, de acordo com a Conab, foi de, aproximadamente,

- (A) 24,9.  
(B) 249,4.  
(C) 2.493,7.  
(D) 24.936,9.  
(E) 249.368,9.
25. A base de um peso de papel no formato de prisma reto é triangular e tem a maior aresta medindo 13 cm e a menor aresta medindo 5 cm.

Se dois dos três ângulos internos do triângulo formado pelas arestas dessa base são complementares, então é correto afirmar que a área dessa base mede

- (A)  $28,5 \text{ cm}^2$ .  
(B)  $30 \text{ cm}^2$ .  
(C)  $32,5 \text{ cm}^2$ .  
(D)  $60 \text{ cm}^2$ .  
(E)  $65 \text{ cm}^2$ .

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. De acordo com o inciso VII do art. 208 da Constituição da República Federativa do Brasil, na Educação Básica, o atendimento ao educando no que se refere a material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde deve acontecer por meio de

- (A) oferta facultativa aos Estados e Municípios.
- (B) políticas assistencialistas à população em vulnerabilidade socioeconômica.
- (C) financiamento direto das famílias.
- (D) programas suplementares.
- (E) inscrição prévia no período letivo anterior.

27. De acordo com o art. 4º da Resolução CNE/CEB nº 05/2009 (que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil), as propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar

- (A) o ensino de conteúdos atitudinais como prioridade no planejamento curricular, com vistas a preparar a criança para o agir moral no mundo.
- (B) a promoção da alfabetização e do letramento como eixo organizador do currículo do segmento, prevenindo déficits de aprendizagem no Ensino Fundamental.
- (C) o brincar como atividade recreativa, cujo papel é essencialmente proporcionar alívio da energia do corpo infantil, liberando-o para a aprendizagem escolar.
- (D) o desenvolvimento cognitivo como objetivo prioritário da aprendizagem, que condiz à especificidade da educação escolar de qualidade.
- (E) a criança como centro do planejamento curricular, entendida como sujeito histórico e de direitos, que constrói sua identidade e produz cultura.

28. A respeito do que deve ser contemplado pelas propostas pedagógicas da Educação Infantil, o parágrafo 3º do art. 8º da Resolução CNE/CEB nº 05/2009 destaca especificidades quanto às “crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta”. Entre essas especificidades, o inciso II estabelece que se

- (A) promova os modos de vida modernos e urbanos como fundamentais para a inclusão socioeconômica das crianças moradoras de territórios rurais.
- (B) unifique calendário, rotinas e atividades didáticas, com a finalidade de viabilizar a conformação local ao planejamento educacional de Estados e Municípios.
- (C) valorize e difunda os saberes acadêmicos e científicos da vanguarda nacional e mundial, promovendo a aculturação dessas populações.
- (D) tenha vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis.
- (E) adote flexibilizações nas bases curriculares a fim de suprimir componentes que não estejam relacionados às demandas regionais e contextuais.

Leia o texto a seguir para responder às questões 29 a 31:

Uma professora de Educação Infantil está organizando um projeto para seus alunos de 5 anos, envolvendo animais fictícios na mitologia (como unicórnios e outros seres fantásticos). Sua proposta envolve diversas experiências, com atenção especial às rodas de conversas com as crianças, à contação de histórias a partir de diferentes mitologias e a brincadeiras de faz-de-conta envolvendo animais desse imaginário. A professora também pretende organizar uma visita ao zoológico da região para a observação de animais, aproveitando para tematizar a área de ciências da natureza. Ela pensa que, ao final do projeto, as crianças podem apresentar para outros grupos da escola pequenas histórias sobre animais fantásticos inventados por elas mesmas, além de expor desenhos dessas criações nos murais.

29. Para que o projeto planejado pela professora siga o que propõe a Resolução CNE/CEB nº 05/2009, ela deve ter clareza quanto à necessidade de a proposta curricular da Educação Infantil ter como eixos norteadores

- (A) os multiletramentos e a alfabetização.
- (B) as interações e a brincadeira.
- (C) o desenvolvimento cognitivo e o pensamento lógico.
- (D) a arte e as ciências humanas.
- (E) a curiosidade científica e a primazia intelectual.

- 30.** A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um importante documento para guiar o arranjo dos currículos no Brasil. A partir do modo como a BNCC organiza a Educação Infantil e das concepções pedagógicas que a fundamentam, o projeto pensado pela professora deve ser considerado
- (A) adequado, pois é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral.
  - (B) adequado, pois é importante promover experiências nas quais as crianças treinam habilidades de liderança e trabalho em equipe.
  - (C) adequado, pois desde o início da escolarização os saberes científicos devem ser priorizados, considerando sua centralidade na hierarquia pedagógica.
  - (D) inadequado, pois o currículo comum adota a estrutura clássica disciplinar, enquanto o projeto da professora tem caráter transversal.
  - (E) inadequado, pois a BNCC prioriza o aspecto do cuidado na Educação Infantil, enquanto o projeto da professora negligencia esse atendimento às crianças.
- 31.** Como mencionado, a professora pretende promover brincadeiras de faz-de-conta envolvendo os animais fantásticos. Do ponto de vista pedagógico, essa modalidade de brincadeira justifica-se, sobretudo,
- (A) pelo aspecto lúdico, pois a criança necessita de momentos recreativos previstos na rotina escolar, separando os momentos destinados ao brincar dos dedicados ao trabalho escolar e à aprendizagem.
  - (B) pela aquisição do símbolo, pois assim a criança aprende a significar objetos e a criar sentido, desenvolvendo a função simbólica, que é necessária à racionalidade do ser humano.
  - (C) pela iniciação à alfabetização, pois a exposição primeira da criança à linguagem da literatura e do teatro (que no contexto escolar é o faz-de-conta) permite gradual amadurecimento em direção à leitura de obras de ficção e não ficção.
  - (D) pela composição do portfólio de atividades, pois são vivências que facilitam a documentação pedagógica e o compartilhamento do processo pedagógico com pais e responsáveis.
  - (E) pela assimilação de modelos sociais e morais, pois a criança, ao representar personagens fantásticos, internaliza normas de convivência e padrões de comportamento socialmente valorizados.
- 32.** Entre as incumbências atribuídas aos docentes pelo art. 13 da Lei nº 9.394/1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB) está
- (A) adotar o plano de ensino elaborado pela coordenação segundo a proposta pedagógica da diretoria escolar.
  - (B) assegurar a gestão administrativa e financeira da unidade escolar, seguindo princípios da administração democrática.
  - (C) elaborar políticas educacionais em consonância com as diretrizes dos sistemas de ensino.
  - (D) fiscalizar o cumprimento do regimento escolar, inclusive no entorno da escola.
  - (E) colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.
- 33.** A experiência pedagógica de Reggio Emilia oferece contribuições relevantes para a compreensão do trabalho com crianças pequenas. Sobre a capacidade de comunicação dessas crianças, uma das premissas de tal abordagem é que
- (A) as representações visuais criadas por elas podem servir como base para hipóteses, discussões e argumentos, levando a observações adicionais e a novas representações.
  - (B) elas são capazes de comunicar sentimentos e imaginação, mas não ideias e entendimento, o que exige do adulto elevada capacidade de indução.
  - (C) palavras e sons oralmente emitidos são eficazes, mas representações pictóricas como desenhos constituem exploração egocêntrica, incapazes, portanto, de comunicar.
  - (D) a utilização da representação gráfica em projetos incluídos no currículo de crianças entre 3 e 6 anos prejudica o gosto espontâneo da criança pelo desenho.
  - (E) a diferença na eficácia comunicativa entre crianças de Reggio Emilia e dos Estados Unidos se deve ao idioma, sendo o italiano uma língua mais fácil de aprender do que o inglês.

- 34.** Nas discussões e reflexões sobre Educação Infantil, muito se tematiza o brincar e a relação deste com a criança. Do ponto de vista pedagógico, a brincadeira de alta qualidade resulta, fundamentalmente,
- (A) da intencionalidade do adulto, que procura oferecer autonomia às crianças para a exploração dos brinquedos e a recriação da cultura lúdica.
  - (B) da abordagem diretiva, que garante o estabelecimento de regras explícitas para todo o brincar que acontece no contexto escolar.
  - (C) do suporte material, que é responsável por qualificar o brincar a partir da oferta de recursos de alta performance e inovação.
  - (D) da postura espontaneísta, que procura deixar a criança descobrir por si mesma as aprendizagens que podem ser extraídas naturalmente do brincar.
  - (E) do uso de jogos com finalidade pedagógica, que são focados em habilidades especificamente escolares, como contar, desenhar e escrever.
- 35.** De acordo com o art. 98 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto forem ameaçados ou violados (por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão da conduta da própria criança ou adolescente), são aplicáveis
- (A) multas administrativas ao Estado ou a instituições da sociedade civil.
  - (B) sanções de ordem pessoal e intransferível ao infrator.
  - (C) medidas de proteção à criança e ao adolescente.
  - (D) medidas socioeducativas de responsabilização do infrator.
  - (E) sanções financeiras e de suspensão de benefícios ao infrator.
- 36.** Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das regras estabelecidas pelo art. 31 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) para a organização da Educação Infantil.
- (A) Carga horária mínima anual de 600 horas, distribuída por um mínimo de 180 dias de trabalho educacional.
  - (B) Avaliação mediante acompanhamento do desenvolvimento das crianças, com o objetivo de promoção para acesso ao Ensino Fundamental.
  - (C) Liberdade de frequência da instituição de educação pré-escolar, sem exigência de frequência mínima do bebê ou da criança.
  - (D) Expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.
  - (E) Oferta de três turnos diários, alocados em manhã, tarde e noite, para atendimento da criança conforme as necessidades das famílias.
- 37.** Residente em uma comunidade rural, José completará 6 anos de idade em maio do ano corrente e nunca frequentou a Educação Infantil. No início deste ano, sua família tentou matriculá-lo em uma escola de Ensino Fundamental próxima a seu domicílio, mas a matrícula de José foi negada. Considerando os aspectos legais atualmente vigentes, uma justificativa juridicamente plausível para a recusa da matrícula dessa criança pela escola é o fato de que a
- (A) matrícula de criança proveniente de população rural depende da disponibilidade de vaga não ocupada pelo público escolar regular.
  - (B) unidade escolar consultada não está adaptada para um atendimento inclusivo que corresponda às peculiaridades da vida rural.
  - (C) escola tem a prerrogativa, mediante sua autonomia, de deliberar sobre o perfil discente por ela atendido.
  - (D) criança deve ter 6 anos completos até 31 de março do ano da matrícula, para ingresso no Ensino Fundamental.
  - (E) frequência e a aprovação na Educação Infantil são requisitos para o ingresso no Ensino Fundamental.
- 38.** Ilma Veiga é uma importante referência para discutir o projeto político-pedagógico (PPP) no contexto brasileiro. A autora chama atenção para o fato de o PPP figurar entre as incumbências atribuídas à escola pela LDB. Esse preceito legal é sustentado pela ideia de que a escola deve assumir, como uma de suas principais tarefas, o trabalho de
- (A) propor políticas públicas visando à qualidade total do ensino.
  - (B) garantir a captação e a prospecção de sua clientela.
  - (C) assegurar a imparcialidade política da ação pedagógica.
  - (D) mitigar a diversidade na atuação docente.
  - (E) refletir sobre sua intencionalidade educativa.
- 39.** O planejamento escolar é um processo de conhecimento e análise da realidade, considerando suas condições concretas. Nesse contexto, propõe-se um plano de trabalho que possibilita prever ações relacionadas a diversos aspectos da organização escolar, estabelecendo prioridades.
- Esse plano de trabalho deve
- (A) substituir o regimento escolar na sua função normativa.
  - (B) fomentar a ação improvisada como estratégia de gestão.
  - (C) indicar os objetivos e os meios de sua execução.
  - (D) transcender o escopo institucional para atividades de cunho assistencial.
  - (E) uniformizar as práticas pedagógicas adotadas por todos os professores da escola.

40. Smole, Diniz e Cândido (*Resolução de Problemas*, Ed. Penso, 2014) afirmam que “com frequência, a educação matemática é associada à habilidade de resolver problemas”. No contexto específico da Educação Infantil, consideram que a resolução de problemas
- (A) é uma abordagem inapropriada, uma vez que exige o domínio de códigos mínimos da linguagem matemática, como os conceitos numéricos e os sinais de operação.
  - (B) deve ser evitada, pois tende a prejudicar a autoestima das crianças pequenas, que se veem sem recursos suficientes para solucionar problemas matemáticos.
  - (C) pode ser trabalhada, entendendo problema como situação em que a pessoa não encontra solução imediata que lhe permita ligar um ponto de partida ao objetivo a se atingir.
  - (D) é um recurso importante, desde que abordado após a explicação dos conceitos necessários e a devida automatização dos algoritmos por parte das crianças.
  - (E) é uma questão mal colocada, já que a Educação Infantil trabalha com noções numéricas e não com constructos matemáticos, acessíveis apenas a crianças alfabetizadas.
41. A lida com crianças pequenas envolve diversas dimensões, entre elas o cuidar e o educar. Considerando o que determina a legislação brasileira a respeito da Educação Infantil, assinale a alternativa correta.
- (A) Coerentemente às suas incumbências formais, à escola deve caber a educação, enquanto o cuidado é prerrogativa das famílias.
  - (B) Atividades de cuidado não se distinguem das atividades pedagógicas, pois ambas são aspectos da mesma experiência, do ponto de vista da criança.
  - (C) A dimensão do educar refere-se a tudo aquilo que ocorre no interior das salas de aula, enquanto a dimensão do cuidar se manifesta nos demais ambientes escolares.
  - (D) A experiência pré-escolar deve se pautar na delimitação entre sua função de cuidado voltado aos bebês (0 a 2 anos) e de educação voltada às crianças pequenas (3 a 5 anos).
  - (E) As rotinas diárias de higiene e alimentação devem ser atribuídas a funcionários de apoio, de modo a liberar professores para o trabalho propriamente educacional.
42. Um importante debate no contexto da educação é aquele estabelecido entre uma ótica voltada à integração e outra à inclusão escolar. A lógica da inclusão, conforme notoriamente defendida por Maria Teresa Mantoan (*Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* Ed. Moderna, 2003), é caracterizada
- (A) pela criação de turmas especiais dentro das escolas regulares, de modo que crianças com deficiência possam ter a oportunidade de conviver com as demais nos momentos de intervalo.
  - (B) pela classificação multifatorial das crianças com deficiência, identificando aquelas que têm condições de frequentar a escola regular e aquelas que necessitam de escolas especiais para que possam se desenvolver.
  - (C) por uma perspectiva educacional em que a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e regular é suprimida, de modo que as escolas atendam às diferenças sem discriminar.
  - (D) pela adaptação dos currículos, objetivos e níveis de exigência voltados aos alunos especiais, de modo que a criança com deficiência possa participar da escola comum sem nivelá-la por baixo.
  - (E) pela inserção de conteúdos curriculares que expliquem as deficiências físicas ou mentais, para que as crianças normais possam conhecer a realidade das que frequentam as escolas especiais.
43. Leia o excerto a seguir, adaptado de Bujes (In: Craidy; Kaercher, *Educação Infantil: Pra que te quero?* Artmed, 2001):
- A educação não constitui um processo de \_\_\_\_\_, mas de produção de sentidos e de criação de significados. A forma como as instituições escolares, entre elas as creches e pré-escolas, se organizam para produzir estes processos é \_\_\_\_\_.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.
- (A) ensino-aprendizagem ... a gestão escolar
  - (B) formação integral ... o regimento escolar
  - (C) desenvolvimento subjetivo ... a inovação
  - (D) transmissão cultural ... o currículo
  - (E) interações ... a zona de desenvolvimento proximal

44. Paulo Fochi (em *Afinal, o que os bebês fazem no berçário?*, 2015) faz referência a estudos do campo pedagógico que entendem que “os sujeitos da Educação Infantil não são alunos, mas crianças”. Essa colocação demarca um certo modo de compreender comportamentos infantis, expectativas dos adultos, papéis exercidos na escola, entre outros. É uma consideração relevante, pois

- (A) coloca em voga a possibilidade de as crianças viverem atribuições próprias de crianças, como brincar.
- (B) reconhece que a categoria “aluno” só deve ser utilizada a partir do ingresso da criança no Ensino Fundamental.
- (C) destaca que a aprendizagem da criança pequena acontece espontaneamente, e não como produto do ensino.
- (D) o principal desafio da Educação Infantil é fazer dessas crianças alunos eficazes para a continuidade da educação básica.
- (E) demonstra que a pesquisa em educação deve construir seu objeto de investigação – o aluno – de modo distinto do que o enxergam os professores – como crianças.

45. Henri Wallon formulou uma teoria do desenvolvimento infantil que tem a motricidade como um de seus pilares fundamentais. Assinale a alternativa coerente com a perspectiva do autor.

- (A) A motricidade humana começa pela atuação sobre o meio físico e só depois de refinada atua sobre o meio social.
- (B) O ato mental se desenvolve a partir do ato motor e passa em seguida a organizá-lo, quanto mais elaborado se torna.
- (C) O desenvolvimento motor saudável segue um percurso linear, marcado pela ausência de regressões e superação definitiva de estágios anteriores.
- (D) A mímica é o movimento expressivo com a mais elevada eficácia instrumental, atuando diretamente na transformação do ambiente físico.
- (E) A motricidade se inicia como ato voluntário e vai gradativamente se tornando involuntário, conforme evolui a maturidade da criança.

46. Leia o excerto a seguir:

“[...] esta é a fase em que a criança começa a brincar de ‘faz-de-conta’, utiliza-se da imitação, elabora desenhos, entre outras formas de brincadeiras que expressam sua nova conquista com relação ao desenvolvimento da inteligência, relacionada à capacidade de representar. Portanto, se no estágio anterior, a inteligência era prática, agora ela é representacional. As principais conquistas características desta fase são: introdução à linguagem e o desenvolvimento da moralidade”.

(Pott, E.T.B. “Perspectivas sobre a infância em debate: contribuições de Piaget, Vigotski e Wallon”. *Revista Perspectivas em Psicologia*, 2019)

A descrição corresponde a um dos estágios de desenvolvimento definidos por Jean Piaget. Trata-se especificamente do estágio

- (A) sensório-motor.
- (B) pré-operatório.
- (C) operatório-concreto.
- (D) operatório-formal.
- (E) lúdico-representativo.

47. Um dos mais relevantes documentos das instituições educacionais é o Projeto Político-Pedagógico (PPP). Há farto material na literatura especializada acerca de seu sentido, seu propósito e suas características. Assinale a alternativa que justifica corretamente o sentido dos termos que compõem a denominação do PPP.

- (A) O PPP é projeto porque anualmente é reelaborado, visando fornecer os planos de ensino e aprendizagem que devem concretamente guiar a ação educativa dos professores.
- (B) O PPP é político porque sua construção segue princípios e ideologias dos grupos políticos em atuação a cada governo.
- (C) O PPP é pedagógico porque delimita os materiais didáticos e os recursos metodológicos a serem utilizados em aula ao longo do ano letivo.
- (D) O PPP é projeto porque propõe aos alunos problemas reais que devem ser resolvidos de modo colaborativo, produzindo conhecimento crítico e prático.
- (E) O PPP é político porque se articula a um compromisso com interesses reais e coletivos, visando à formação do cidadão para determinado tipo de sociedade.

48. No documento intitulado *Práticas cotidianas na educação infantil* (MEC, 2009), Maria Carmen Silveira Barbosa afirma: “A intencionalidade pedagógica transforma espaços físicos em ambientes”. Considerando a literatura corrente sobre Educação Infantil e a perspectiva da autora, a afirmação apresentada significa que
- (A) o espaço físico é limitado e os ambientes são grandes em área.
  - (B) o ambiente é natural, ao passo que o espaço físico é humano.
  - (C) o ambiente envolve aspectos físicos, culturais, afetivos e sociais.
  - (D) a casa da criança é espaço físico, enquanto a escola é ambiente.
  - (E) o espaço físico é dotado de significado, mas a ação pedagógica o neutraliza.
49. A formação continuada do professor de Educação Infantil precisa ser pautada pela compreensão da educação como obra da práxis humana. Nesse sentido, é fundamental que, na educação do professor, sejam
- (A) priorizados os saberes advindos da prática em detrimento de saberes teóricos, cujas contribuições são limitadas por se distanciar da realidade escolar.
  - (B) valorizados os atributos técnicos como mais relevantes que a dimensão ética, pois esta é própria do campo moral, e não do profissional.
  - (C) privilegiadas as iniciativas individuais, e não as coletivas, pois essa formação é inevitavelmente subjetiva.
  - (D) separados com clareza o campo da prática docente e o da pesquisa, evitando-se práticas abstratas e investigações enviesadas.
  - (E) problematizadas as suas práticas à luz da teoria e da pesquisa, num movimento permanente entre pensamento e ação.
50. A noção de qualidade é recorrente em discussões no campo da educação pública, sendo alvo específico de documentos como os *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil — Volume 1* (Brasil, 2006). Considerando as recomendações educacionais vigentes no país, bem como a literatura especializada, entende-se a qualidade como um conceito
- (A) socialmente construído, estando sujeito a constantes negociações.
  - (B) independente do contexto, permitindo a comparação entre diferentes realidades.
  - (C) estável, demonstrando surpreendente regularidade ao longo do tempo.
  - (D) contraprodutivo, gerando perspectivas díspares que impedem um quadro confiável de avaliação.
  - (E) inovador, evidenciando que a lógica empresarial aprimora a gestão da escola pública.

